



**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE
A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DIREITO DESPORTIVO
E A CONFEDERAÇÃO DE TREINADORES DE PORTUGAL**

ENTRE

A **Associação Portuguesa de Direito Desportivo**, adiante designada por **APDD**, associação sem fins lucrativos, com sede na Rua da Filipe Folque, n.º 5 - 1.º Esq., 1050-110 Lisboa, Portugal, contribuinte fiscal n.º 506886050, representada neste ato pelo Presidente da Direcção, Rui Alexandre Jesus,

E

A Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores, adiante designada por **Confederação de Treinadores de Portugal**, associação de direito privado, contribuinte fiscal n.º 504425862, com sede na Rua Thomaz de Mello, n.º 2B, 2780-723 Paço d'Arcos, aqui representada pelo seu Presidente da Direcção, Pedro Sequeira;

E considerando ser de mútuo interesse o estabelecimento de relações de cooperação que contemplem o desenvolvimento e intercâmbio ao nível da investigação jurídica, da capacitação técnica, e da formação,

É celebrado o presente protocolo de cooperação, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- ÂMBITO

O presente protocolo regulará em termos gerais as formas de cooperação entre a APDD e a Confederação de Treinadores de Portugal, definindo o seu âmbito, tipo de ações e atividades de cooperação, coordenação de ações, assim como a forma de gestão e a sua duração.




CLÁUSULA SEGUNDA- OBJETIVO

As ações a desenvolver enquadram-se no objetivo principal de contribuir para o desenvolvimento da gestão e formação em desporto, na investigação científica das instituições participantes, e poderão incidir sobre todos os domínios julgados úteis e relevantes por ambas as instituições, tendo em conta a natureza e os fins das instituições outorgantes, designadamente:

- a) Atividades de divulgação de actividades de interesse desenvolvidas pela APDD e Confederação de Treinadores de Portugal;
- b) Formação e atualização permanente;
- c) Participação em seminários e encontros académicos;
- d) Desenvolvimento de atividades conjuntas de investigação;
- e) Participação conjunta em cursos internacionais;
- f) Implementação de trabalhos e de projectos de utilidade pública.

CLÁUSULA TERCEIRA- PROCEDIMENTOS

- 1. As ações de colaboração a desenvolver contempladas na cláusula anterior, bem como outras não previstas mas consideradas de interesse mútuo, poderão ser despoletadas por iniciativa de um dos Outorgantes ou de ambos.
- 2. Todas as ações ou atividades comumente acordadas pelas instituições outorgantes serão objeto de adendas a este protocolo, nas quais se especificará os objetivos, os termos e condições em que as mesmas se desenvolverão.
- 3. As adendas ao presente protocolo, além da descrição das atividades previstas, incluirão, sempre que possível, os seguintes itens:
 - a) Duração prevista para a ação ou atividade, a qual não poderá ultrapassar o prazo de vigência do presente convénio;
 - b) Indicação do Coordenador (ou uma comissão constituída por membros de cada uma das instituições) responsável pela supervisão e gestão da acção, quando julgado útil;
 - c) Descrição das etapas e do cronograma de desenvolvimento;
 - d) Definição de recursos materiais e financeiros envolvidos.



CLÁUSULA QUARTA- ENCARGOS E PROVEITOS

1. A distribuição de encargos financeiros decorrentes da execução do presente protocolo de cooperação, assim como os proveitos que daí advenham, serão, na respectiva adenda, definidos pelas partes para cada ação ou atividade a desenvolver.
2. A APDD poderá conceder descontos nas suas atividades de formação em condições a acordar em adenda a este protocolo ou em outro instrumento jurídico específico, de acordo com a formação em causa.

CLÁUSULA QUINTA -COORDENAÇÃO

1. Cada Instituição Outorgante poderá designar um coordenador responsável pelas atividades definidas ao abrigo deste protocolo, cuja nomeação ou posterior alteração deverá constar de anexo a este documento, sem prejuízo dos respectivos Presidentes exercerem essas funções no momento inicial de execução.
2. Aos Coordenadores competirá:
 - a) Acompanhar e garantir a boa execução dos trabalhos em curso, gerindo as tarefas dentro dos objetivos e termos acordados entre as partes e tomando as medidas necessárias ao integral cumprimento dos termos constantes do presente protocolo e adendas a celebrar;
 - b) Informar o representante da Instituição sobre qualquer assunto de que tenha tido conhecimento e que possa obstar à continuidade de uma determinada ação ou atividade em curso ou mesmo do próprio protocolo.

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA

O presente Protocolo tem a duração de dois anos, com início na data da sua assinatura, e será prorrogado automaticamente por períodos de um ano, podendo ser denunciado por qualquer das partes, com notificação mínima de 60 dias em relação à data do termo do período decorrente, não podendo, no entanto, comprometer ações em curso, salvo se de comum acordo.

CLÁUSULA SÉTIMA- ALTERAÇÕES

Eventuais alterações ao presente Protocolo de Cooperação, deverão ser objeto de proposta a apresentar à outra parte, com o mínimo de 30 dias de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA - JURISDIÇÃO

Em caso de litígio na interpretação ou aplicação do presente protocolo de cooperação ou das suas adendas, os outorgantes aceitam que o mesmo seja submetido à jurisdição exclusiva dos competente Tribunal da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia as quaisquer outros.

CLÁUSULA NONA -DISPOSIÇÕES FINAIS

1. As adendas elaboradas na sequência deste protocolo farão parte integrante do mesmo e constituirão os documentos jurídicos de referência para as ações a desenvolver.
2. As dúvidas e omissões relacionadas com a interpretação do presente protocolo ou suas adendas serão resolvidas por mútuo acordo das partes.

E por assim acordarem, lavrou-se o presente Protocolo, que vai em seguida ser assinado em dois exemplares de igual forma, conteúdo e valor.

Oeiras, 23 de Março de 2016

PRIMEIRO OUTORGANTE

Pela APDD



(Dr. Rui Alexandre Jesus)

SEGUNDO OUTORGANTE

Pela Confederação de Treinadores de Portugal



(Prof. Doutor Pedro Sequeira)